



RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA - RAINT 2023



VISÃO GERAL 2023

Ações Realizadas

- Auditoria - 7
- Monitoramento - 6

Cumprimento de todas as ações previstas

Recomendações Expedidas

- Auditoria Financeira Integrada com Conformidade - 61
- Auditoria Coordenada do CNJ Sobre a Política Contra Assédio e Discriminação - 13
- Auditoria no Processo de Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário da J.E. - 16
- Auditoria Coordenada Pelo CNJ na Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ) - 0
- Auditoria no Sistema de Gestão Segurança da Informação (PAA2023) - 15

Atos de Pessoal

- Admissão - 12
- Aposentadoria - 13
- Pensão Civil - 5
- Indícios - 41

Total = 71

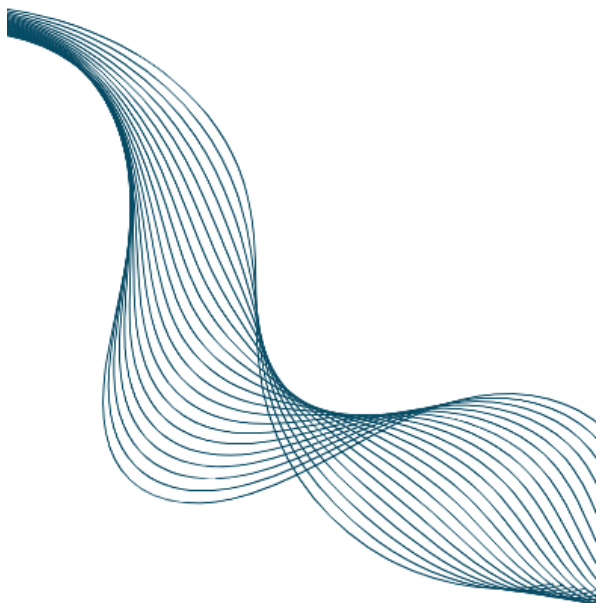
Recomendações Monitoradas

- Auditoria Coordenada CNJ - Acessibilidade Digital - Exercício 2023 (PAA2023) - 18
- Auditoria Financeira Integrada com Conformidade - Contábil - 2021 - (PAA2023) - 14
- Auditoria Financeira Integrada com Conformidade - Folha de Pagamento - 2021 - (PAA2023) - 8
- Auditoria Financeira Integrada com Conformidade - Licitações e Contratos - 2021 - (PAA2023) - 13
- Auditoria de Gestão de Comissionamento - Função Comissionada - Exercício 2021 (PAA2023) - 12
- Auditoria Integrada TSE/TRE no Processo de Gestão de Segurança da Informação - Exercício 2022 (PAA2023) - 18

Atos de Capacitação

57 ações de capacitação

100% dos servidores atingiram o mínimo de 40 horas anuais de capacitação.



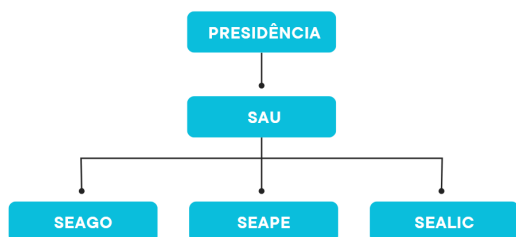
1. DELIBERAÇÃO ORIGINÁRIA

Em observância aos arts. 4 e 5 da [Resolução CNJ nº 308, de 11 de março de 2020](#), apresentamos ao Plenário e ao Conselho de Governança do TRE-BA o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - Exercício 2023, consignando o desempenho da unidade de auditoria interna em relação ao plano anual de auditoria interna aprovado para o exercício, bem como os principais riscos e fragilidades de controle interno evidenciados nos processos fiscalizatórios realizados.

2. AUDITORIA INTERNA

No âmbito do TRE-BA, as funções de auditoria interna são desempenhadas pela Secretaria de Auditoria Interna (SAU) e respectivas unidades operacionais vinculadas, Seção de Auditoria de Governança e Gestão Organizacional (SEAGO), Seção de Auditoria de Licitações e Contratos (SEALIC) e Seção de Auditoria de Pessoal (SEAPE).

Como estabelecido no art. 2º, inciso I, da Res. CNJ nº 309/2020, a auditoria interna constitui-se em *atividade independente e objetiva que presta serviços de avaliação (assurance) e de consultoria, que tem como objetivo adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. A auditoria deve auxiliar a organização no alcance dos objetivos estratégicos, adotando uma abordagem sistemática e disciplinada para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controle, e de governança corporativa.*



A Unidade de Auditoria Interna do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia está diretamente subordinada à Presidência, conforme [Organograma](#), a quem deve se reportar administrativamente, e funcionalmente ao Pleno do Órgão, nos termos das [Resoluções Administrativas TRE-BA nº 26, de 9 de setembro de 2022](#) e nº [9, de 25 de maio de 2021](#).



As atribuições da Secretaria e Seções estão previstas nos artigos 51 e seguintes da mencionada Res. Adm. TRE-BA nº 26/2022.

Em harmonização com os princípios de transparência e *accountability*, a SAU disponibiliza, no Portal da Internet do TRE-BA, os relatórios de auditoria das ações fiscalizatórias realizadas, certificados de auditoria, Planos de Auditoria Anuais e de Longo Prazo, visando assegurar uma gestão transparente de informações, como pode ser verificado através do link:

<https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/auditoria-interna/auditoria-interna>.

A Secretaria de Auditoria Interna constitui-se como unidade interna de apoio à governança do Tribunal, atuando na terceira linha. Possui processo de trabalho mapeado e plano de tratamento de riscos associados, inclusive relativos à integridade, viabilizando a instituição de novos mecanismos de controle interno e/ou aperfeiçoamento daqueles existentes.

O Plano Setorial Estratégico da SAU alinhado ao [Plano Estratégico Institucional \(PEI\) 2021-2026](#) estabeleceu dois indicadores a serem mensurados, quais sejam: i1. Taxa de avaliação da qualidade dos trabalhos de Auditoria Interna e i2. Taxa de encaminhamentos homologados implementados pela gestão. O i1. visa apurar o grau de satisfação das unidades clientes e dos próprios auditores internos com os trabalhos de Auditoria Interna, com o objetivo de melhorar a qualidade dos trabalhos entregues pela SAU. Com a aprovação do Programa de Avaliação da Qualidade dos Trabalhos de Auditoria Interna (PAQ-AUD), pela [Resolução Administrativa TRE-BA nº 34, de 3.11.2022](#), a SAU passou a aplicar os questionários de avaliação ao final das ações fiscalizatórias, alcançando o percentual de 91,84%, superando, assim, a meta estabelecida de 67,5% para 2023 em relação ao i1. Já o i2 busca verificar o grau de cumprimento das recomendações pendentes e obteve em 2023 o percentual de 56,635%, não atingindo a meta de 65% estipulada para 2023. Entre as razões para o não alcance da meta, tem-se que houve uma alteração na base de cálculo utilizada, deixando de computar as ações mais antigas, que já estavam adimplidas. Além disso, o alcance dessa meta depende da atuação da gestão, razão pela qual foram propostas algumas ações para viabilizar seu atingimento, tais como: reuniões com as unidades com elevado número de recomendações pendentes, plano de comunicação trazendo iniciativa que esclareça sobre a importância de atender às recomendações, elaboração de normativo regulamentando o rito do monitoramento e acompanhamento.

3. SELEÇÃO DAS ÁREAS AUDITÁVEIS



A seleção das áreas auditáveis para realização das ações fiscalizatórias para o exercício 2023 observou as determinações emanadas do CNJ, TSE e TCU, critérios afetos à materialidade – volume de recursos envolvidos –, relevância – papel de contribuição no alcance dos objetivos e metas organizacionais –, criticidade – lapso temporal decorrido desde a última auditoria realizada, bem assim a quantidade de horas de trabalho disponíveis e as especialidades das seções vinculadas à Secretaria de

Auditoria Interna.

Além das ações de auditoria, também foram previstos os monitoramentos de ações já realizadas, restando estabelecido o seguinte quadro:

AUDITORIAS	SEÇÃO RESPONSÁVEL
Gestão Patrimonial	SEAGO
Gestão da Conformidade da Plataforma Digital do Poder Judiciário - PDPJ*	SEALIC
Gestão da folha de pagamento - Auditoria Financeira integrada com conformidade	SEAPE
Gestão de compras e contratações - Auditoria Financeira integrada com conformidade	SEALIC
Gestão da execução orçamentária - Auditoria Financeira integrada com conformidade	SEAGO
Segurança da Informação	SEALIC
Política contra Assédio e Discriminação	SEAPE

*O CNJ adiou a Ação da Gestão da Conformidade da Plataforma Digital do Poder Judiciário para os Tribunais Eleitorais para o ano de 2023.

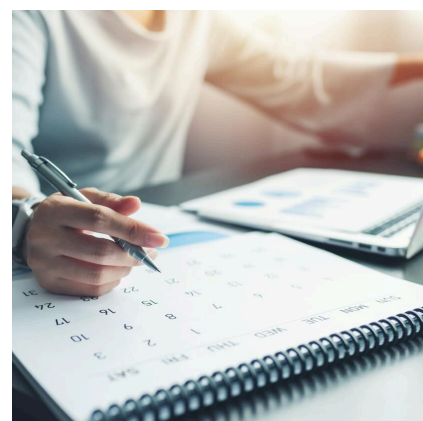
MONITORAMENTOS	SEÇÃO RESPONSÁVEL
Auditoria Financeira integrada com conformidade - execução orçamentária 2021	SEAGO
Auditoria Financeira integrada com conformidade - Gestão de compras e contratações 2021	SEALIC



Auditoria Financeira integrada com conformidade - Gestão da folha de pagamento 2021	SEAPE
Auditoria Coordenada CNJ da Acessibilidade Digital - Exercício 2021	SEAGO
Auditoria na Gestão do Comissionamento - Exercício 2021	SEAPE
Auditoria Integrada TSE/TRE's no Processo da Gestão da Informação - Exercício 2022	SEALIC

4. EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA (PAA) 2023

As ações de natureza fiscalizatória realizadas ao longo do exercício de referência foram dirigidas pelo PAA2023, aprovado por meio da Portaria da Presidência desta Casa nº 953, de 7 de dezembro de 2022, tendo sido executadas todas as ações planejadas, num total de 13, conforme discriminado a seguir:



✓ **7 auditorias:** Auditoria Integrada TSE/TRE's na Gestão Patrimonial; Auditoria Coordenada CNJ na Gestão da Conformidade da Plataforma Digital do Poder Judiciário - PDPJ; Auditoria Financeira integrada com conformidade - execução orçamentária; Auditoria Financeira integrada com conformidade na área de Gestão de Pessoas com foco na folha de pagamento; Auditoria Financeira integrada com conformidade na área de Compras e Contratações; Auditoria em Segurança da Informação com foco no tratamento da informação no âmbito do TRE-BA; Auditoria Coordenada CNJ sobre Política contra Assédio e Discriminação.

✓ **6 monitoramentos de ações pretéritas:** Auditoria Financeira integrada com conformidade - execução orçamentária - Exercício 2021; Financeira integrada com conformidade na área de Gestão de Pessoas com foco na folha de pagamento - Exercício 2021; Financeira integrada com conformidade na área de Compras e Contratações - Exercício 2021; Auditoria Coordenada CNJ da Acessibilidade Digital; Auditoria na Gestão do Comissionamento; e Auditoria Integrada TSE/TRE's no Processo da Gestão da Informação - Exercício 2022.

Além das ações mencionadas, a Unidade de Auditoria Interna, através da Seção de Auditoria de Pessoal, por força da Instrução Normativa do TCU nº 78/2018, procedeu à análise de 12 atos de admissão, 13 de aposentadoria e 5 atos de pensão civil, emitindo um total de 30 pareceres de legalidade; diligenciou junto à Administração a apuração de 41 indícios de irregularidades reportados pela Corte de Contas, bem como intermediou o cumprimento de diligências do TCU relativas às declarações de bens e rendas.



Coube, ainda, a verificação do Relatório de Gestão Fiscal, através da Seção de Auditoria de Governança e Gestão Organizacional, e o acompanhamento, após o monitoramento, de recomendações pretéritas pendentes de implementação, realizado pelas seções vinculadas à SAU.

Desenvolveram-se, ainda, os trabalhos para elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna 2024 (PAA2024).

Registre-se, por fim, que a unidade de auditoria manteve a **independência** durante os procedimentos fiscalizatórios realizados, não havendo restrição por parte das unidades auditadas ao acesso completo e livre a todo e qualquer documento, registro e informação.

5.DETALHAMENTO DAS AÇÕES REALIZADAS

Durante o exercício 2023 foram executadas as ações planejadas no PAA2023, que observaram as seguintes fases: planejamento, execução e comunicação. Na fase de planejamento, buscou-se obter a visão geral do objeto a ser auditado, entregando como produto final o Programa de Auditoria. Na fase de execução, quando são realizados os testes, elaborou-se a matriz de achados e, na fase de comunicação, confeccionou-se o relatório contendo os achados e recomendações de auditoria. A seguir estão elencadas as fragilidades identificadas nos processos auditados, ressaltando que foram expedidas recomendações buscando sanear as situações, as quais estão descritas nos [respectivos relatórios conclusivos](#).

Auditoria Integrada TSE/TRE's na Gestão Patrimonial

Objetivo:

Contribuir no aprimoramento da gestão dos bens móveis e imóveis da JE, mediante a análise dos principais problemas enfrentados na gestão do patrimônio imobiliário e mobiliário, suas respectivas causas, efeitos e prováveis soluções, avaliando: a) a existência e a qualidade dos controles internos instituídos no processo da gestão de bens móveis para tratar os riscos que impactem o alcance dos objetivos; b) o alcance dos objetivos do processo de gestão de bens móveis quanto aos aspectos da eficiência, eficácia, efetividade, economicidade e legalidade; c) as instalações físicas dos Cartórios Eleitorais no que tange às condições de uso e de compatibilidade com as atividades desenvolvidas, inclusive



**Achados
Identificados:**

no que diz respeito à acessibilidade; d) as manutenções preventivas e corretivas de bens imóveis.

- A1) Desatualização dos termos de responsabilidade do ASIWEB.
- A2) Desatualização da situação física dos bens móveis no sistema ASIweb.
- A3) Insuficiência na avaliação da necessidade de reposição ou reparação de bens móveis com defeitos ou inservíveis.
- A4) Ausência de contrato de manutenção preventiva dos cartórios eleitorais do interior do estado.
- A5) Ausência de avaliação periódica acerca da necessidade de manutenção nos cartórios eleitorais localizados no interior do estado.
- A6) Capacidade física dos cartórios eleitorais em desacordo com a Resolução Administrativa CNJ nº 114/2014.
- A7) Ausência de registro da garantia de bens novos no sistema ASIweb.
- A8) Ausência de contratação de seguro para os imóveis locados dos cartórios eleitorais no interior do estado.
- A9) Deficiência na acessibilidade dos prédios dos cartórios eleitorais sediados no interior do estado.
- A10) Bens móveis em estoque de longa data.
- A11) Deficiência no atendimento às medidas de segurança relacionadas à prevenção, combate a incêndio, emergências e desastres em imóveis onde funcionam os Cartórios Eleitorais do interior.
- A12) Ausência de mapeamento de processo de gestão patrimonial de bens móveis.
- A13) Ausência de ação de tratamento para risco acima do apetite a riscos institucionais.

**Auditoria Financeira Integrada com Conformidade na área de gestão
orçamentária, financeira e contábil**

Objetivo:

Emitir relatório e certificado de auditoria com opinião sobre se as demonstrações contábeis do TRE-BA foram elaboradas e apresentadas de acordo com as normas contábeis e o marco



**Achados
Identificados:**

regulatório aplicável e estão livres de distorções relevantes causadas por fraude ou erro; e se as transações subjacentes às demonstrações contábeis e os atos de gestão relevantes dos responsáveis pelo TRE-BA estão de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta dos agentes públicos.

- 7.1.1.1 - Divergência da conta de bens não localizados entre o SIAFI e o ASIWEB.
- 7.1.1.2 - Divergência entre valores lançados no SIAFI na conta Estoques e os constantes no ASIweb.
- 7.1.1.3 - Créditos a receber de longa data no ativo circulante.
- 7.1.1.4 - Divergências nas despesas de pessoal entre SIAFI e SGRH.
- 7.1.1.5 - Registro de despesas na conta contábil 332310100 - Serviços Técnicos Profissionais em desacordo com o regime de competência.
- 7.1.2.1 - Divergência entre a depreciação acumulada calculada pela Secretaria do Tesouro Nacional e o constante dos demonstrativos contábeis do TRE-BA.
- 7.1.2.2 - Registro da Reavaliação dos bens imóveis do TRE-BA cadastrados no SPIUnet em conta contábil incorreta.
- 7.1.3.1 - Ausência de cadastro de bens imóveis do TRE-BA no SPIUnet.
- 7.1.3.2 - Ausência de cadastro de bens imóveis locados de terceiros no SPIUnet.
- 7.1.3.3 - Bens móveis não localizados nas unidades administrativas responsáveis.
- 7.1.3.4 - Deficiência no controle e armazenamento de estoques.
- 7.1.3.5 - Ausência de Inventário Anual de bens de consumo.
- 7.1.3.6 - Crescimento do estoque de restos a pagar.
- 7.1.3.7 - Saldo residual em contas de Controles Credores de contratos encerrados.

Auditoria Financeira Integrada com Conformidade na área de gestão de compras e contratações



Objetivo:

Verificar se as transações subjacentes às demonstrações contábeis e os atos de gestão relevantes dos responsáveis pelo TRE-BA relativos aos processos de compras e contratações estão de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta dos agentes públicos.

Achados Identificados:

- 7.2.1. Contratação emergencial decorrente de deficiência no planejamento
- 7.2.2. Contratação por dispensa com alteração das condições preestabelecidas para a licitação fracassada
- 7.2.3. Realização de despesa sem cobertura contratual
- 7.2.4. Deficiência na gestão do contrato de prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização no TRE-BA
- 7.2.5. Deficiência no planejamento da contratação de locação sob demanda

Auditoria Financeira Integrada com Conformidade na área de gestão de pessoas com foco na folha de pagamento

Objetivo:

Verificar se as transações subjacentes às demonstrações contábeis e os atos de gestão relevantes dos responsáveis pelo TRE-BA, relacionados ao processo de elaboração da folha de pagamento, estão de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta dos agentes públicos.

Achados Identificados:

- 7.3.1 - Ausência de marcação de férias do exercício de 2023 por servidor do Tribunal.
- 7.3.2 - Ausência de percepção do terço constitucional quando do usufruto do primeiro período de férias.
- 7.3.3 - Descumprimento do prazo legal de pagamento do terço constitucional quando do usufruto do primeiro período de férias.
- 7.3.4 - Divergência entre o valor do terço constitucional de férias calculado com base na remuneração percebida pela servidora ou servidor no primeiro período de férias e o valor lançado em folha de pagamento.



- 7.3.5 - Ausência de devolução de 1/3 de férias recebido, nas hipóteses de transferência do primeiro período de férias por interesse de servidora ou servidor.
- 7.3.6 - Inconsistência no valor pago a título do benefício do Auxílio-Alimentação.
- 7.3.7 - Ausência de desconto do benefício de auxílio-alimentação, gratificação de atividade de segurança e/ou função/cargo comissionado de servidoras e servidores com afastamentos não enquadrados como de efetivo exercício.
- 7.3.8 - Ausência de publicação de informações relativas à concessão de diárias em veículo de imprensa oficial.
- 7.3.9 - Pagamento de diárias após o início de deslocamento não emergencial e nem autorizado com prazo inferior a três dias.
- 7.3.10 - Ausência de comprovação de deslocamento que ensejou o pagamento de diárias
- 7.3.11 - Inconsistência no cálculo e pagamento de diárias.
- 7.3.12 - Pagamento de diárias para deslocamento da servidora e servidores para localidade informada como a de sua residência nos seus assentamentos funcionais.
- 7.3.13 - Inconsistência no cálculo e pagamento da indenização de transporte.
- 7.3.14 - Publicação de informações inconsistentes, relativas ao pagamento de diárias no sítio eletrônico do Tribunal.
- 7.3.15 - Pagamento de diárias com valores constantes da Portaria TSE nº 204/2023 em data posterior à sua revogação pela Portaria TSE nº 414/2023.
- 7.3.16 - Inobservância da exigência contida no art. 32, §2º, da Resolução Administrativa TRE-BA nº 35/2018, quando da celebração do contrato para prestação de serviço de agenciamento de viagens para o Tribunal.
- 7.3.17 - Divergência entre os valores declarados e os valores pagos a título de reembolso de assistência médica.
- 7.3.18 - Inconsistência no processo de comprovação da despesa com pagamento de plano de saúde.

Auditoria Coordenada CNJ sobre Política contra Assédio e Discriminação



Objetivo:

Avaliar a aderência à política pública instituída pela Resolução CNJ nº 351/2020 no âmbito do TRE-BA

**Achados
Identificados:**

- A1) Divulgação insuficiente acerca da submissão da Alta Administração ao sistema de enfrentamento e combate ao assédio e à discriminação.
- A2) Deficiência do procedimento de monitoramento da percepção dos colaboradores do Tribunal sobre o compromisso da alta administração com a prevenção e o combate ao assédio e à discriminação.
- A3) Inobservância dos critérios estabelecidos na Resolução CNJ nº 351/2020 para nomeação dos membros das Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual do 1º e 2º Graus de Jurisdição.
- A4) Inexistência de normativo interno que uniformize os processos de trabalho, procedimentos e protocolos de prevenção, combate e correção do assédio e da discriminação, no âmbito do Tribunal.
- A5) Ausência de definição de fluxo de trabalho e de estrutura física adequada à atuação das unidades responsáveis pelo enfrentamento e combate ao assédio e à discriminação.
- A6) Ausência de profissionais capacitados para atuar em alguns dos canais disponibilizados aos gestores e colaboradores para orientação, acolhimento e acompanhamento de situações passíveis de enquadramento como assédio e/ou discriminação, bem como de formalização de atuação conjunta dos respectivos canais com a área de saúde e/ou de recursos humanos do Tribunal.
- A7) Ausência de levantamento de riscos e impactos decorrentes de sofrimento/prática de assédio e/ou da criação de controles para mitigá-los.
- A8) Insuficiente capacitação para identificação de ambiente de trabalho complacente, e possíveis situações de tolerância para com práticas de assédio e discriminação, bem como orientação quanto aos procedimentos a serem adotados em caso de suspeita de sua ocorrência.
- A9) Ausência de controle da evolução de frequência dos possíveis casos de assédio e discriminação noticiados ao Tribunal.



Cabe pontuar que, em razão da sensibilidade da matéria, não foram relacionados os achados de auditoria da ação de avaliação no processo de segurança da informação, uma vez que foi classificado como sigiloso, conforme publicado no sítio eletrônico deste Regional, link:

<https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic>, podendo ser consultado nos autos do SEI nº 0009763-34.2023.6.05.8000.

Cabe, também, ressaltar que na Ação Coordenada CNJ na Gestão da Conformidade da Plataforma Digital do Poder Judiciário - PDPJ não foram identificados achados.

6. SISTEMÁTICA DE MONITORAMENTO



A atividade de monitoramento de recomendações emitidas nos trabalhos de auditoria está regulamentada na Resolução CNJ nº 309/2020.

Ao final dos trabalhos de avaliação, são realizadas as reuniões de comunicação de resultados, antes da emissão do relatório conclusivo, que explicita achados e respectivos elementos caracterizadores e evidências – bem como proposições voltadas ao saneamento de desconformidades evidenciadas.

Após homologação das proposições pela Presidência, a unidade de auditoria interna científica as áreas destinatárias dos encaminhamentos, com vistas ao cumprimento do quanto referendado, observados forma e prazo definidos, bem como necessidade de reportar à SAU as providências adotadas. Registre-se que, em regra, as ações de natureza fiscalizatória levadas a efeito em um dado exercício são monitoradas no ano subsequente, consoante previsão inserta no instrumento de planejamento anual pertinente.



O fluxo do processo de monitoramento contempla etapas de planejamento, execução e elaboração de relatório. No primeiro momento, emite-se o comunicado de monitoramento de auditoria; concebe-se a matriz de planejamento correspondente; efetua-se o levantamento dos encaminhamentos homologados, bem como das informações atinentes às providências já adotadas porventura reportadas pelas unidades auditadas/inspecionadas/fiscalizadas ou publicadas no Diário Eletrônico do Tribunal (DJE do TRE-BA); classifica-se, em caráter preliminar, os encaminhamentos monitorados em “implementados”, “em implementação” ou “não implementados”; e procede-se à elaboração das requisições de documentos e/ou informações (RDIs) necessárias.

Ao longo da execução, são expedidas RDIs; coletados e analisados informações e documentos; verifica-se eventual perda de objeto ou necessidade de declaração de insubsistência de encaminhamento anteriormente proposto; e procede-se à classificação, em caráter definitivo, das proposições monitoradas.

Na sequência, passa-se à elaboração do relatório, contemplando conclusões referentes ao estágio de cumprimento das recomendações objeto de monitoramento, bem como acerca dos resultados advindos para a gestão, em decorrência do quanto já implementado.

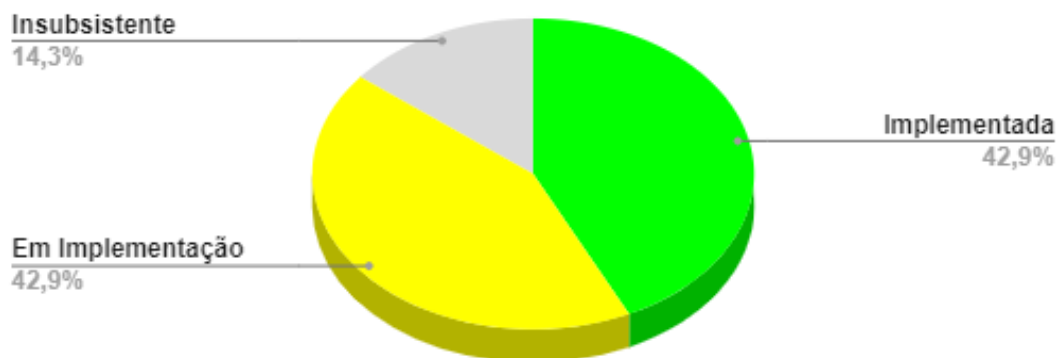
7. ESTATÍSTICA DOS MONITORAMENTOS REALIZADOS - 2023

Foram realizados 6 monitoramentos no Exercício 2023: Auditoria Financeira integrada com conformidade - execução orçamentária - Exercício 2021; Financeira integrada com conformidade na área de Gestão de Pessoas com foco na folha de pagamento - Exercício 2021; Financeira integrada com conformidade na área de Compras e Contratações - Exercício 2021; Auditoria Coordenada CNJ da Acessibilidade Digital- Exercício 2021; Auditoria na Gestão do Comissionamento- Exercício 2021; e Auditoria Integrada TSE/TRE's no Processo da Gestão da Informação- Exercício 2022.

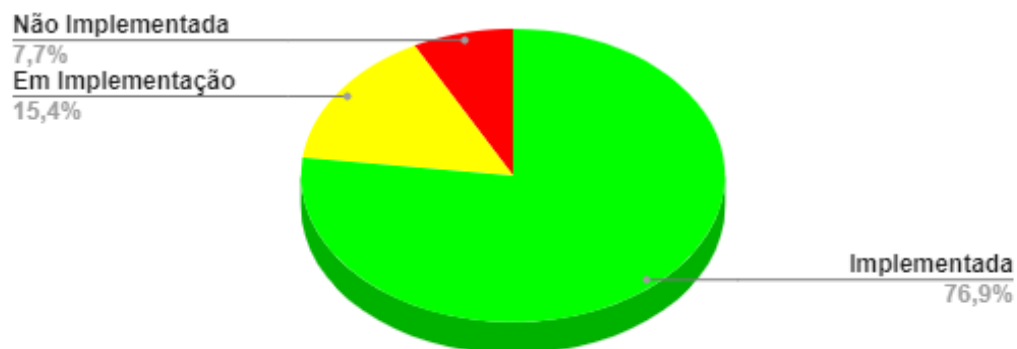
Passa-se a apresentar através de gráficos o percentual de atendimento das recomendações relacionadas à ação acima descritas:



Monitoramento da Auditoria Financeira integrada com conformidade - execução orçamentária - Exercício 2021

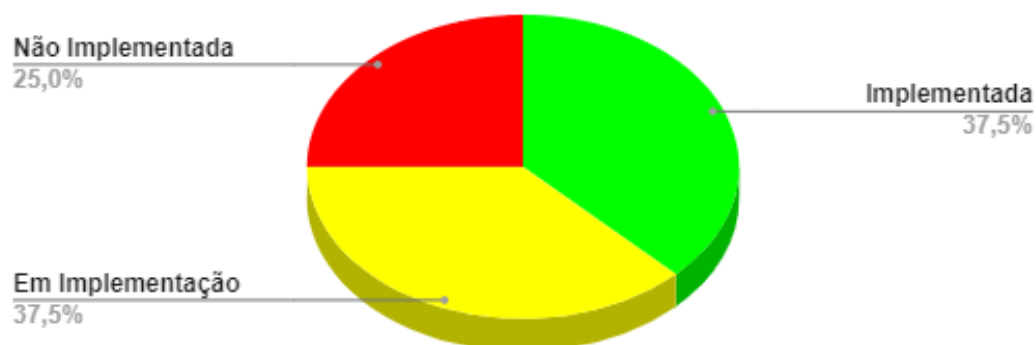


Monitoramento da Auditoria Financeira integrada com conformidade na área de Compras e Contratações - Exercício 2021

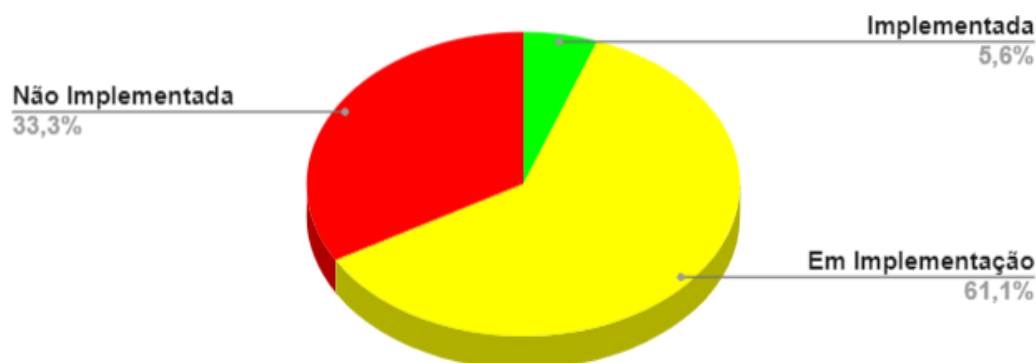




Monitoramento da Auditoria Financeira integrada com conformidade na área de Gestão de Pessoas com foco na folha de pagamento - Exercício 2021

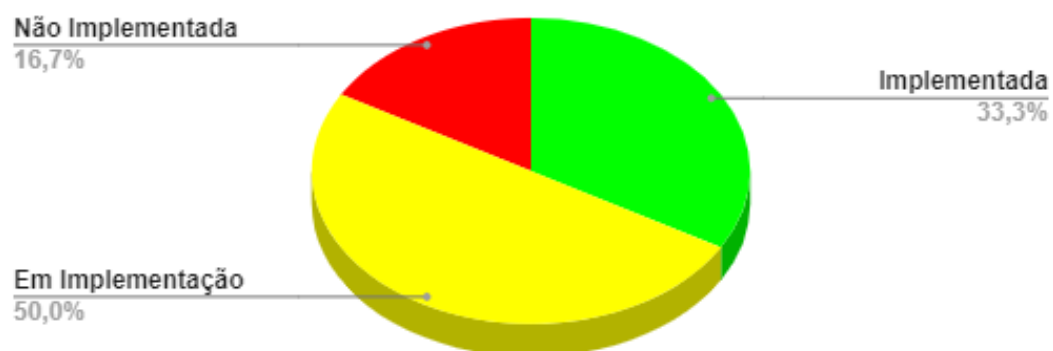


Monitoramento da Auditoria Integrada TSE/TRE's no Processo da Gestão da Informação- Exercício 2022

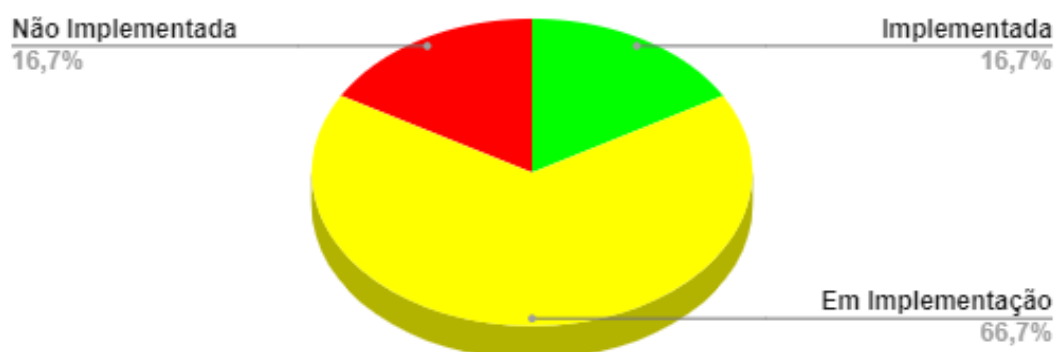




Monitoramento da Auditoria Coordenada CNJ da Acessibilidade Digital- Exercício 2021

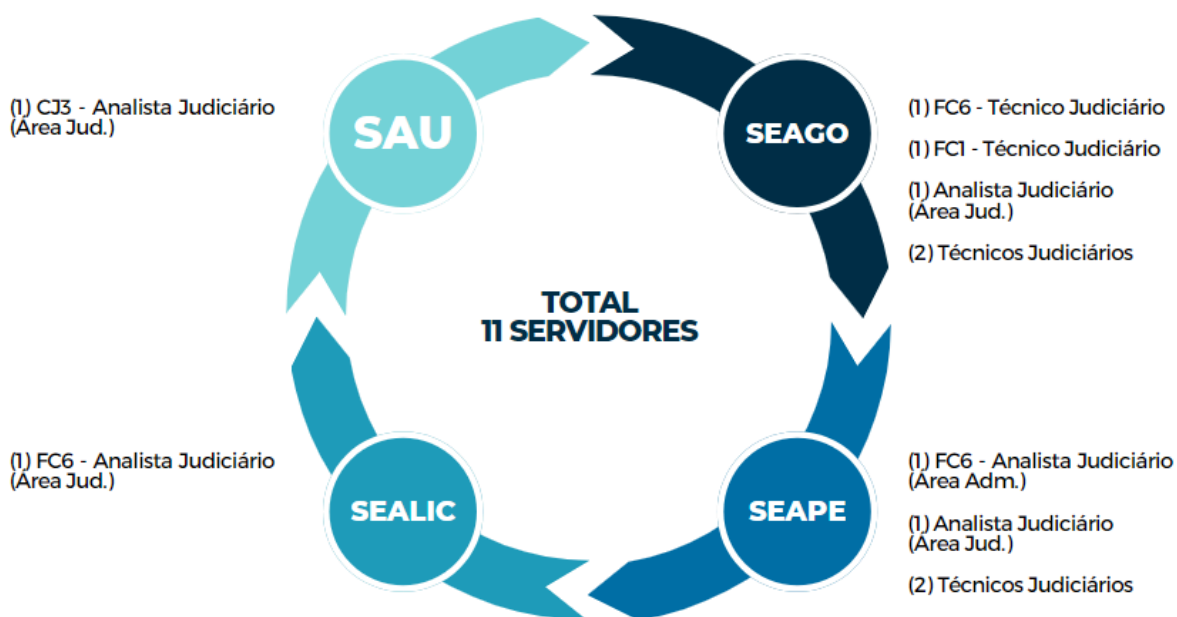


Monitoramento da Auditoria na Gestão do Comissionamento- Exercício 2021



8. FORÇA DE TRABALHO

COMPOSIÇÃO DAS UNIDADES



Em relação à força de trabalho, cabe pontuar que a unidade de auditoria interna apresentou em 31/12/2023 um quadro de 11 servidores, sendo que, até maio de 2023 a SEALIC contou com três servidoras, e a partir de agosto do referido ano, passou a contar com apenas uma servidora.

9. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

Em face da necessidade de realização de auditorias nas mais diversas áreas, busca-se manter uma equipe multidisciplinar e capacitada nas diversas temáticas, dando ênfase às matérias relacionadas às respectivas atribuições regimentais.

Além disso, a Res. CNJ nº 309/2020 dispõe sobre a necessidade de realização de, pelo menos, 40 horas anuais de capacitação por auditor.



A maior parte das capacitações realizadas foram eventos gratuitos, constando, ainda, cursos contratados pelo Tribunal.

Nesse sentido, apresenta-se, no Anexo I, o quadro dos cursos realizados no exercício 2023.

10. CONCLUSÃO

A análise dos resultados advindos das ações fiscalizatórias realizadas em 2023, bem como das demais iniciativas implementadas pela Secretaria no desenvolvimento da atividade de auditoria interna, denota cotidiana preocupação em dar cumprimento às suas competências legais e regimentais, por meio da avaliação da legalidade, eficiência, eficácia, efetividade, economicidade e transparência dos atos de gestão, e da proposição de melhorias tendentes a mitigar riscos associados aos processos de trabalho avaliados e maximização de recursos com vistas à concretização da missão, visão de futuro e macro objetivos organizacionais.

Salvador - BA, 25 de julho de 2024.

MIRELA RIOS CRUZ DE JESUS

Chefe da Seção de Auditoria de Licitações e Contratos

RICARDO NASCIMENTO CANTHARINO

Chefe da Seção de Auditoria de Governança e Gestão Organizacional

GREICE MARTINELLI DA COSTA SANTOS

Chefe da Seção de Auditoria de Pessoal

CATIUSCIA DANTAS ABREU OLIVEIRA

Secretária de Auditoria Interna



ANEXO I

UNIDADE	SERVIDOR(A) CAPACITADO(A)	CAPACITAÇÃO REALIZADA	CARGA HORÁRIA
SAU	Catiúscia Dantas Abreu - Secretária	CURSO PRINCÍPIOS DA AUDITORIA INTERNA	32:00
		LICITAÇÃO, GESTÃO DE OBRAS E ORÇAMENTOS PELA NOVA LEI DE LICITAÇÕES 14.133/2021	16:00
		PDL 2023 - SOFT SKILLS E COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS PARA GESTÃO NO PODER PÚBLICO - TURMAS 3 E 4	12:00
		CONTRATAÇÃO PÚBLICA INCLUSIVA NA JUSTIÇA ELEITORAL	12:00
		GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO NA FORMA IN 05/MP/2017 - BRASÍLIA DF	16:00
		1.º TREINAMENTO EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO EM CIBERSEGURANÇA - KNOWBE4	1:00
		DESAFIOS DO MUNDO DO TRABALHO: ASSÉDIO MORAL E O BEM-ESTAR NO AMBIENTE LABORAL	2:00
		2º CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - KNOWB4	2:00
		PALESTRA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA (EAD) - MOODLE ASSÍNCRONA	2:00
		3º CAMPANHA KNOWB4 - CONHEÇA A LGPD - 2023	2:00
		PALESTRA ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO: PRINCÍPIOS E PRÁTICAS	1:30
		DESIGN THINKING APLICADO À EDUCAÇÃO	25:00
		LIDERANÇA E GESTÃO DE EQUIPES	30:00



		FORMAÇÃO DE GESTORES DO PODER JUDICIÁRIO EM SISTEMAS DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE	24:00
		INTELIGÊNCIA EMOCIONAL	50:00
		CICLO DE PALESTRAS SOBRE RISCOS À INTEGRIDADE - SÍNCRONO	6:00
		PALESTRA INOVAÇÃO ASSÍNCRONA	1:00
SEAGO	Ricardo Nascimento Cantharino - Chefe da Seção	GESTÃO DE RISCOS EM PROCESSOS DE TRABALHO (SEGUNDO O COSO)	20:00
		1.º TREINAMENTO EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO EM CIBERSEGURANÇA - KNOWBE4	2:00
		2º CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - KNOWB4	2:00
		PALESTRA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA (EAD) - MOODLE ASSÍNCRONA	2:00
		PDL 2023 - SOFT SKILLS E COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS PARA GESTÃO NO PODER PÚBLICO - TURMAS 5 E 6	12:00
		SIAFI BÁSICO (TURMA SET/2023	35:00
		ENTENDENDO O PCASP E AS DCASP COM ANÁLISE DE BALANCETE DO TRE-BA	20:00
		PALESTRA INOVAÇÃO TRE-BA	1:00
		CICLO DE PALESTRAS SOBRE RISCOS À INTEGRIDADE - ASSÍNCRONO	2:00



		3º CAMPANHA KNOWB4 - CONHEÇA A LGPD - 2023	2:00
	Andréa Barbosa de Argôlo - Auditora	CONTABILIDADE COM FOCO NA GESTÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO	20:00
		ÁGIL NO CONTEXTO DO SERVIÇO PÚBLICO	15:00
		COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA	20:00
		GESTÃO DO TEMPO E PRODUTIVIDADE	40:00
		SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - TSE	10:00
		1º TREINAMENTO EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO EM CIBERSEGURANÇA - KNOWBE4	02:00
		2º CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - KNOWBE4	02:00
		PALESTRA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA (EAD) - MOODLE ASSÍNCRONA	02:00
		INTELIGÊNCIA EMOCIONAL	50:00
		3º CAMPANHA KNOWBE4 - CONHEÇA A LGPD - 2023	02:00



		ENTENDENDO O PCASP E AS DCASP COM ANÁLISE DE BALANCETE DO TRE-BA	20:00
		CICLO DE PALESTRAS SOBRE RISCOS À INTEGRIDADE - ASSÍNCRONO	02:00
		PALESTRA INOVAÇÃO TRE-BA	01:00
		PALESTRA ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO: PRINCÍPIOS E PRÁTICAS	01:30
	Arlete Alves Ribeiro de Carvalho - Auditora	ÁGIL NO CONTEXTO DO SERVIÇO PÚBLICO	15:00
		SIAFI BÁSICO	35:00
		SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - TSE	10:00
		OBRAS PÚBLICAS DE EDIFICAÇÃO E DE SANEAMENTO - MÓDULO PLANEJAMENTO - ATUALIZADO EM 2022	50:00
		CONTABILIDADE COM FOCO NA GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	21:00
		CONTABILIDADE PÚBLICA	12:00
		1.º TREINAMENTO EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO EM CIBERSEGURANÇA - KNOWBE4	2:00
		GESTÃO DE CONTROLE PATRIMONIAL NAS ENTIDADES PÚBLICAS	16:00
		2º CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - KNOWB4	2:00



		PALESTRA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA (EAD) - MOODLE ASSÍNCRONA	2:00
		FOLHA DE PAGAMENTO NO SIAFI E SUAS REGULAÇÕES	24:00
		3º CAMPANHA KNOWB4 - CONHEÇA A LGPD - 2023	2:00
		ENTENDENDO O PCASP E AS DCASP COM ANÁLISE DE BALANCETE DO TRE-BA	20:00
		CICLO DE PALESTRAS SOBRE RISCOS À INTEGRIDADE - ASSÍNCRONO	2:00
		PALESTRA INOVAÇÃO TRE-BA	1:00
		TESOURO GERENCIAL	60:00
	Geraldo Majella Nunes de Moura - Auditor	ÁGIL NO CONTEXTO DO SERVIÇO PÚBLICO	15:00
		NOVA LEI DE LICITAÇÕES: PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA	25:00
		1.º TREINAMENTO EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO EM CIBERSEGURANÇA - KNOWBE4	2:00
		SISTEMAS EFD- REINF, ESOCIAL E DCTFWEB	16:00
		2º CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - KNOWB4	2:00
		PALESTRA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA (EAD) -MOODLE ASSÍNCRONA	2:00



		FOLHA DE PAGAMENTO NO SIAFI E SUAS REGULAÇÕES	24:00
		ENTENDENDO O PCASP E AS DCASP COM ANALISE DE BALANCETE DO TRE-BA	20:00
		PALESTRA INOVAÇÃO TRE-BA	1:00
		CICLO DE PALESTRAS SOBRE RISCOS À INTEGRIDADE - ASSÍNCRONO	2:00
		PALESTRA ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO: PRINCÍPIOS E PRÁTICAS	1:30
		3º CAMPANHA KNOWB4 - CONHEÇA A LGPD - 2023	2:00
	Hildeberto Luna Ferraz Nogueira - Auditor	INTRODUÇÃO AO EXCEL	25:00
		TÉCNICAS DE AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL	24:00
		PAPÉIS DE TRABALHO EM AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL	16:00
		NORMAS INTERNACIONAIS EM AUDITORIA FINANCEIRA - NIA	40:00
		TESOURO GERENCIAL	60:00
		ENTENDENDO O PCASP E AS DCASP COM ANALISE DE BALANCETE DO TRE-BA	20:00
		CICLO DE PALESTRAS SOBRE RISCOS À INTEGRIDADE - ASSÍNCRONO	2:00



SEALIC	Mirela Rios Cruz de Jesus - Chefe da Seção	ÁGIL NO CONTEXTO DO SERVIÇO PÚBLICO	15:00
		1.º TREINAMENTO EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO EM CIBERSEGURANÇA - KNOWBE4	02:00
		SCRUM NO CONTEXTO DO SERVIÇO PÚBLICO	15:00
		CURSO PREPARATÓRIO AO EXAME CIA PARTE 1: PRINCÍPIOS DA AUDITORIA INTERNA	32:00
		EJE - SEXTAS CULTURAIS: A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	01:30
		DESAFIOS DO MUNDO DO TRABALHO: ASSÉDIO MORAL E O BEM-ESTAR NO AMBIENTE LABORAL	2:00
		SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	10:00
		LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NA JUSTIÇA ELEITORAL - ASPECTOS PRÁTICOS	16:00
		2º CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - KNOWB4	02:00
		PALESTRA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA (EAD) - MOODLE ASSÍNCRONA	02:00
		PDL 2023 - SOFT SKILLS E COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS PARA GESTÃO NO PODER PÚBLICO - TURMAS 1 E 2	12:00
		3º CAMPANHA KNOWB4 - CONHEÇA A LGPD - 2023	02:00
		CICLO DE PALESTRAS SOBRE RISCOS À INTEGRIDADE - SÍNCRONO	02:00
		CICLO DE PALESTRAS SOBRE RISCOS À INTEGRIDADE - SÍNCRONO	02:00
		CICLO DE PALESTRAS SOBRE RISCOS À INTEGRIDADE - SÍNCRONO	02:00



		GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO NA FORMA IN 05/MP/2017 - BRASÍLIA DF	20:00
		PALESTRA ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO: PRINCÍPIOS E PRÁTICAS	01:30
SEAPE	Záide Checcucci Junqueira Ayres - Chefe da Seção	APOSENTADORIA ESPECIAL E APOSENTADORIA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CUSTEADO PELO TRE-BA	12:00
		ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO MORAL, SEXUAL E DA DISCRIMINAÇÃO - EAD	3:00
		MODELAGEM DE PROCESSOS SEGUNDO BPM - BUSINESS PROCESS MANAGEMENT: MÉTODOS E FERRAMENTAS CUSTEADO PELO TRE-BA	16:00
		CURSO ÉTICA E POSTURA PROFISSIONAL NO SERVIÇO PÚBLICO - MOODLE	12:00
		CURSO PRÁTICO - BÁSICO AO AVANÇADO - TEMAS SENSÍVEIS DA ÁREA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL CUSTEADO PELO TRE-BA	16:00
		APOSENTADORIAS E PENSÕES NO SERVIÇO PÚBLICO - A NOVA PREVIDÊNCIA - ATUALIZADO COM A PT/MTP P Nº 1.467, DE 06/06/2022 E COM OS PARECERES AGU- CUSTEADO PELO TRE-BA	16:00
	Ana Cláudia Oliveira de Carvalho - Auditora	APOSENTADORIAS E PENSÕES NO SERVIÇO PÚBLICO - A NOVA PREVIDÊNCIA - ATUALIZADO COM A PT/MTP P Nº 1.467, DE 06/06/2022 E COM OS PARECERES AGU - CUSTEADO PELO TRE-BA	16:00
		ACESSIBILIDADE EM ESPAÇOS DE USO PÚBLICO	20:00
		COMUNICAÇÃO SOCIAL, JUDICIÁRIO, GÊNERO E DIVERSIDADE - 2023 - CICLO 1	15:00
		COMUNICAÇÃO SOCIAL, JUDICIÁRIO E DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL- 2023 - CICLO1	20:00
		DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E FERRAMENTAS PARA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	120:00



		1.º TREINAMENTO EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO EM CIBERSEGURANÇA - KNOWBE4	02:00
		DIVERSIDADE HUMANA, DISCRIMINAÇÃO E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	60:00
		X SEMINÁRIO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SUSTENTÁVEL DO PODER JUDICIÁRIO	12:00
		2º CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - KNOWB4	02:00
		PALESTRA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA (EAD) - MOODLE ASSÍNCRONA	02:00
		CÁLCULO DE APOSENTADORIAS, E PENSÕES, ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS E ABATE TETO CONSTITUCIONAL - A NOVA PREVIDÊNCIA	16:00
		PDL 2023 - SOFT SKILLS E COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS PARA GESTÃO NO PODER PÚBLICO	12:00
		3º CAMPANHA KNOWB4 - CONHEÇA A LGPD - 2023	02:00
		A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO PARA A SAÚDE MENTAL	2:00
	Zulene de Carvalho Alves - Auditora	EJE - LUGAR DE MULHER É ONDE ELA QUISER	1:30
		1º TREINAMENTO EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO EM CIBERSEGURANÇA - KNOWB4	2:00
		DESAFIOS DO MUNDO DO TRABALHO: ASSÉDIO MORAL E O BEM-ESTAR NO AMBIENTE LABORAL	2:00
		TÉCNICA DE REDAÇÃO JURÍDICA	40:00
		GESTÃO E MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS	40:00
		CURSO ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO: PRINCÍPIOS E PRÁTICAS	12:00
		3ª CAMPANHA KNOWB4 - CONHEÇA A LGPD - 2023	2:00